

A advertência contida na explosão de Guariba

Uma cidade em estado de guerra, envolvida por tumultos, destruição, violência e morte — a pequena e antes desconhecida Guariba não será o prenúncio daquilo que tanto se temia, ou seja, uma ampla explosão social de consequências dramáticas, que poderá irradiar-se pelo País inteiro numa pequena fração de tempo?

Vamos esperar que essa revolta de quase cinco mil bóias-frias não tenha efeitos multiplicadores. No entanto, a tensão latente em todo o País é tão grande que, desde o início desta semana, quando foi anunciada a disposição dos invasores de Ivinhema de resistir de todas as formas possíveis à decisão da Justiça de desalojá-los de uma gleba ilegalmente ocupada. Já se podia antever algum acontecimento trágico. Como o destino é irônico, ele acabou ocorrendo não em Mato Grosso do Sul, como se esperava, mas a 50 quilômetros de Ribeirão Preto, justamente na zona agrícola mais rica de toda a América Latina.

Por isso, o lamentável episódio de Guariba deve ser examinado não em função de seus aspectos meramente circunstanciais ou conjunturais, nem, muito menos, em razão das eventuais insuflações que possam ter sido promovidas por agitadores profissionais. Ele precisa ser visto, isto sim, como um caso paradigmático neste sombrio e nebuloso Brasil de hoje, uma vez que num lugarejo antes perdido no mapa foram finalmente confirmadas as tão decantadas “condições objetivas” para a ruptura da ordem pública e para o irrompimento de um processo de convulsão social, conforme uma das profecias sociológicas tão de agrado dos pensadores marxistas.

Que condições serão essas?

A primeira delas diz respeito à presença avassaladora do Estado, por intermédio de seus inúmeros tentáculos, nas mais variadas dimensões da vida social. O protesto dos bóias-frias da região de Guariba foi, antes de tudo, uma impressionante manifestação contra a exorbitância das tarifas da Sabesp. Por serem desproporcionalmente elevadas, elas têm um peso enorme sobre os baixos salários, contribuindo, dessa forma, para aviltar as condições de vida dos trabalhadores de baixa renda. E, em Guariba, eles reagiram à sua maneira.

Tanto os veículos quanto os escritórios da empresa foram totalmente destruídos. Trata-se de uma sombria advertência a essa companhia e às demais concessionárias do serviço público, que, como ela, há muito deixaram de cumprir suas obrigações funcionais tendo em vista sua natureza social.

Não temos ilusões sobre os efeitos dessa advertência. O mais provável é que os tecnocratas da administração indireta e os “empresários” das companhias estatais de todo o País continuem a dar as mais lógicas das justificativas para suas decisões, a elaborar os mais detalhados relatórios técnicos para fundamentar as majorações tarifárias, a desenvolver os mais sofisticados raciocínios para explicar “acidentes de percurso”, e a sorrir o mais largo dos sorrisos tão concessivos quão paternalistas.

Os dramáticos acontecimentos de Guariba, no entanto, deveriam servir para que essa casta fizesse um exame de consciência.

A Sabesp é um caso padrão. Desde sua criação foi uma empresa superdimensionada. Por isso as exigências de economia de escala levaram o governo estadual a obrigar as prefeituras do Interior a se filiarem à rede estadual de água e esgoto. Muitas vezes os métodos de

"persuasão" usados pela companhia foram pouco ortodoxos, quando não imorais, predominando as ameaças de não atendimento das reivindicações da cidade por parte do Palácio dos Bandeirantes, levando os prefeitos a ceder e, assim, a contrariar frontalmente os interesses da comunidade que os elegeu.

A falta de sensibilidade e a propensão à demagogia de nossos governantes constituem, certamente, outro grande fator para a reunião das "condições objetivas" responsáveis pela explosão da violência em Guariba. Confundindo o País com o artificialismo brasileiro, identificando as manifestações de protesto como contestação e praticando discursos irrealisticamente otimistas quando dezenas de milhões de brasileiros vivem na situação de pobreza absoluta, nossas autoridades federais quase sempre ampliam os problemas sociais a pretexto de solucioná-los. A existência dos bóias-frias é, como se sabe, um desses problemas criado há 15 anos, quando, por demagogia dos políticos e exigência de caixa de um sistema previdenciário falido, o governo instituiu a contribuição compulsória sobre os salários de 4% para os trabalhadores rurais e de 6% para os produtores, obrigando a maioria dos agricultores a acabar com as antigas "colônias" onde seus empregados tinham moradia gratuita e roçado próprio. O paternalismo estatal não pode ser financiado pela maioria dos agricultores, os quais se viram obrigados a dispensar seu pessoal, passando a contratar mão-de-obra exclusivamente por empreitada, por ocasião da sementeira e da colheita das safras.

Finalmente, temos um terceiro fator responsável pelas "condições objetivas" geradoras da violência em Guariba: a falta de condições dignas de trabalho, dada a ganância de produtores rurais que, a exemplo da nomenclatura tupiniquim, também se acostumaram a "levar vantagem em tudo" — a palavra de ordem preferida do País formal. Com lucros mais do que razoáveis, amplos segmentos dos agricultores — como, por exemplo, os produtores de laranja, premiados este ano com as geadas da Flórida — têm aproveitado a oferta de mão-de-obra decorrente da recessão para pagar salários vis. Mostram, desse modo, não ter a menor noção da responsabilidade social inerente a toda atividade empresarial.

Todos esses fatores reunidos, somados às frustrações de uma categoria profissional problemática em virtude da natureza sazonal de seu trabalho, configuram um exemplo paradigmático dos problemas, das angústias e das tensões latentes do Brasil de hoje. Todos eles, sem exceção, estão criando a matéria-prima e aplainando o terreno para aqueles que, adeptos do radicalismo e do totalitarismo, precisam da miséria, da intolerância e da baderna para disseminar sua ideologia.

(Página 4)